



Foto Joveci de Freitas

No debate, Cavalcanti propôs a suspensão dos pagamentos

Cavalcanti defende um acordo com os credores

Do serviço local
e da agência

O presidente da Eletrobrás e da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti, declarou-se ontem, em São Paulo, totalmente contrário à moratória do tipo "devo e não pago", porque ela seria "desastrosa para o País".

Costa Cavalcanti, que debateu com empreiteiros de obras públicas o tema "A política energética e a crise", no auditório da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), defendeu a renegociação da dívida externa brasileira, após a conclusão do acordo com o FMI. Isso, segundo Costa Cavalcanti, poderá ser feito por meio de um entendimento do governo com os credores, que permita ao País suspender durante alguns anos o pagamento do principal. Os juros, todavia, de acordo com o presidente da Eletrobrás, continuariam sendo pagos normalmente.

A respeito do desempenho da equipe econômica do governo, afirmou que ela vem fazendo o possível dentro das limitações impostas pela crise econômica. "O melhor que cada um de nós tem a fazer no momento", concluiu, "é trabalhar para superá-la".

"MILAGRE"

Os índices de crescimento da economia brasileira, que marcaram o chamado "milagre", terminaram e agora restam apenas as consequências, segundo o jornal *Clarín*. Um dos efeitos do "milagre" foi, anteriormente, "o crescimento real da economia, superior ao de qualquer país latino-americano". Mas "outra consequência é a crise, provocada especialmente pela elevada dívida externa".

"A impossibilidade de enfrentar a dívida externa sem reduzir drasticamente o consumo dos setores sociais dentro do aparelho produtivo e sem agravar a situação dos marginalizados, tornando-a crônica e sem esperança, é o que está preocupando o atual governo", diz o *Clarín*. Isso faz aumentar a exigência "de uma política alternativa" e a "imprensa registra inquietações relativas ao desfecho ou a interrupção da saída eleitoral".

O presidente Figueiredo, continua o jornal, "é o promotor da redemocratização proposta que tende, indubitavelmente, a desativar os setores duros, desejosos de interromperem o processo de abertura, sob o pretexto da crise". Mas, "além disso, trata-se de um assunto que afeta todos no âmbito latino-americano".